

Ofício n. 532/GP/PGM/2025

Cacoal/RO, 7 de outubro de 2025

Câmara Municipal de Cacoal/RO  
Excelentíssimo Senhor Presidente,  
**GIMENEZ FRITZ**

**ASSUNTO: Encaminhamento de veto parcial ao autógrafo n.º 149/CMC/2025.**

Senhor Presidente,

Com os cumprimentos, venho por meio deste, respeitosamente, informar a Vossa Excelência o veto PARCIAL do autógrafo abaixo relacionado, cujas razões seguem anexas.

**AUTÓGRAFO N.º 149/2025**, referente ao Projeto de Lei Ordinária n.º **124/2025**, “INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA MÃE ATÍPICA NO MUNICÍPIO DE CACOAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Sendo o que apraz para o momento, aproveitamos, mais uma vez, para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

[Assinado Digitalmente]  
ADAILTON ANTUNES FERREIRA  
Prefeito



Senhor Presidente,

O Prefeito Municipal, com fundamento no § 1º, do art. 31, da Lei Orgânica do Município de Cacoal, apresenta **VETO PARCIAL AO AUTÓGRAFO N.º 149/2025**, referente ao **Projeto de Lei n.º 124/2025** “**INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DA MÃE ATÍPICA NO MUNICÍPIO DE CACOAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**” pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

### RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

De acordo com o art. 66, §§ 1º e 2º da Constituição Federal e o art. 31 §1º da Lei Orgânica do Município de Cacoal, o veto deve ser fundamentado em razões de inconstitucionalidade ou de interesse público, sendo estas devidamente expressas em ato formal para posterior deliberação do Poder Legislativo.

O § 1º, do art. 31 da Lei Orgânica do Município de Cacoal estabelece:

*Art. 31 O projeto de lei aprovado será enviado, como autógrafo, ao prefeito que, aquiescendo, o sancionará.*

*§1º. Se o prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional ou contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 horas, ao presidente da Câmara os motivos do veto.*

Da mesma forma, a Constituição Federal prevê essa disposição, em conformidade com o princípio da simetria:

*Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, **inconstitucional ou contrário ao interesse público**, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.*

O Executivo Municipal ao analisar a proposição com a responsabilidade de apontar eventuais inconsistência e incongruências, constatou no teor do objeto do Autógrafo n.º 149/2025 incompatibilidades na qual ensejam no veto parcial do objeto, em especial o parágrafo único do art. 5º.

Após criteriosa análise pelo setor competente, o referido autógrafo apresenta a sua **redação suscita vício de legalidade por imprecisão técnica** e por possível indução à **interpretação equivocada ou ampla da hipótese de dispensa de chamamento público**.

Visto que, nos termos do **art. 30 da Lei Federal nº 13.019/2014** – que estabelece normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil –, o chamamento público é a regra para celebração de parcerias, sendo a sua dispensa **excepcional e restrita às hipóteses legalmente autorizadas**.



Dessa forma, **a permanência desse dispositivo no ordenamento municipal poderia ensejar a celebração de parcerias com organizações da sociedade civil sem o devido processo de chamamento público**, contrariando a legislação federal, em especial o princípio da impessoalidade (art. 37 da Constituição Federal), e comprometendo a transparência e legalidade das ações administrativas.

Assim, ao prever de forma genérica a possibilidade de celebração de parcerias com organizações da sociedade civil, sem mencionar a obrigatoriedade de observância ao rito previsto na Lei nº 13.019/2014, que inclui **procedimento formal de chamamento público** salvo exceções legalmente previstas, o parágrafo único do art. 5º do Projeto de Lei **cria margem para interpretações que afrontam os princípios da legalidade, impessoalidade e isonomia**, previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Com o objetivo de assegurar a segurança jurídica do município bem como mantendo o interesse público, visto que a proposta no dispositivo em questão permite interpretações que geram insegurança jurídica e afrontam diretamente a administração pública, mediante o teor do projeto de lei, restando comprovada a impossibilidade da permanência do dispositivo objeto do veto, de modo que o veto parcial se torna necessário para a devida legalidade e efetividade da lei após sua promulgação.

Sendo, por todo o exposto acima, fica vetado o parágrafo único do art.5º, em razão pela qual apresentamos o presente **VETO PARCIAL AO AUTÓGRAFO Nº. 149/2025 (Projeto de Lei n.º 124/2025)**.

Atenciosamente,

**ADAILTON ANTUNES FERREIRA**  
Prefeito

Assinado por:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL  
ADAILTON ANTUNES FERREIRA



07/10/2025 15:24:39

